

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75
NIRE: 31300011879
Companhia Aberta

Com objetivo prestar esclarecimentos e orientações de voto, a Administração da Ferrovia Centro Atlântica S.A, com sede social na Rua Sapucaí, nº 383, no Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP nº 30.150-904 (“Companhia” ou “FCA”), apresenta aos senhores acionistas a presente proposta (“Proposta”), contendo as informações exigidas pela Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S/A”), e pela Resolução nº 81 de 29 de março de 2022 da Comissão de Valores Mobiliários (“Resolução nº 81 da CVM”), relacionada à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) da Companhia a se realizar no dia 30 de abril de 2024, às 12:00 horas (horário de Brasília), na sede da Companhia, nos termos do Edital de Convocação (“Anexo I”) publicado nos termos da Lei das S/A, que deliberará sobre os matérias discriminadas e detalhadas nesta Proposta. A Administração recomenda a aprovação de todas as matérias constantes desta Proposta a serem deliberadas, permanecendo à inteira disposição para atender quaisquer dúvidas adicionais.

I - Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária

1. Apreciação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
2. Proposta para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
3. Tomar ciência das renúncias de membros do Conselho de Administração da Companhia;
4. Eleição dos membros e respectivos suplentes do Conselho de Administração;

I - Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária

5. Fixação da remuneração anual global da Administração da Companhia para o exercício social de 2024.

II - Quórum

As aprovações das matérias supramencionadas exigirão o voto afirmativo da maioria do capital social votante da Companhia presentes à AGOE.

III - Participação por Procurador

Informamos que o acionista deve comparecer à AGOE munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer à AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do artigo 126 da Lei das S/A, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, ou ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos à pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente traduzidos para o português, notariados e consularizados.

Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, é necessário realizar o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGOE, para comprovação da legitimidade da representação.

IV - Voto à Distância

Conforme faculdade prevista na Resolução nº 81 da CVM, a Ferrovia Centro Atlântica S.A, disponibilizará para a AGOE ora convocada a possibilidade de participação à distância por meio do Boletim de Voto à Distância (“Boletim de Voto”).

Para participar da AGOE por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar no Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade (“Agente de Custódia”), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Resolução CVM 81; ou, ainda, (ii) a Companhia, diretamente.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Resolução nº 81 da CVM, os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se ele prestará tal serviço, bem como seus custos

e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Resolução nº 81 da CVM, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir: (i) O Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado à Gerência de Relações com Investidores da Companhia, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, na Rua Tapuias, 49, Floresta, 7º andar, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: ri@vli-logistica.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da AGOE ora convocada; (ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato; (iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados acima.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução nº 81 da CVM.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral nos termos do art. 27 da Resolução nº 81 da CVM. O Boletim de Voto que for entregue após este prazo será considerado inválido e não será processado pela Companhia. Após o decurso do prazo mencionado, caso remanesçam itens não preenchidos dos Boletins de Voto apresentados, a Companhia informa que os considerará como instrução equivalente à abstenção de voto em relação a tais matérias.

V - Conflito de Interesses

Durante a realização da AGOE, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia, os acionistas presentes deverão se manifestar quando da existência de eventual fato que configure conflito de interesses ou comprometimento de independência quando da apreciação ou deliberação das matérias constantes na Ordem do dia objeto dessa AGOE, devendo abster-se da votação em relação à respectiva matéria, sob pena de possível anulação ou não cômputo dos votos pelo Presidente da mesa.

Assim, conforme pauta retro apresentada, a Companhia elaborou um breve detalhamento dos temas a serem deliberados na AGOE, visando consolidar orientações e esclarecimentos dos assuntos. A Administração recomenda a aprovação das matérias constantes nesta Proposta e permanece à inteira disposição para atender quaisquer esclarecimentos adicionais ou informações complementares.

VI - Esclarecimentos Adicionais

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas à esta Proposta deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@vli-logistica.com.br. Em consonância com a Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, os documentos de interesse para a participação na AGOE encontram-se disponíveis no website da Companhia (<https://ri.vli-logistica.com.br/central-de-resultados/>) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Apresentaremos, a seguir, a proposta da Administração da Companhia com relação a cada um dos itens da Ordem do Dia da AGOE.

Belo Horizonte/MG, 28 de março de 2024

Fábio Tadeu Marchiori Gama
Membro do Conselho de Administração

SUMÁRIO

Proposta da Administração relacionada à AGO	3
ANEXO I - Edital de Convocação.....	7
ANEXO II Comentários dos Diretores (Item 02 do Formulário de Referência)	8
ANEXO III Itens 7.2 a 7.6 do Formulário de Referência	33
ANEXO IV – Remuneração dos Administradores (Item 8 do Formulário de Referência)	38

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO RELACIONADA À
ASSEMBLEIA GERAL ORDIÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA**

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75
NIRE: 31300011879
Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia vem apresentar a proposta acerca dos temas a serem submetidos à apreciação na AGOE, quais sejam:

1) Apreciação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram devidamente apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos apresentados na reunião realizada em 07 de março de 2024, o qual recomendou à Assembleia Geral Ordinária sua aprovação.

Os documentos mencionados acima foram disponibilizados aos acionistas em atendimento ao artigo 133 da Lei das S/A, e foram publicados na edição digital (às folhas 1 a 4) e impressa (às folhas 10 a 11) do jornal "Diário do Comércio", em 26 de março de 2024, dispensando a publicação do aviso previsto no caput do dispositivo supra, em conformidade com o parágrafo 4º.

Estão disponíveis na página de Relações com Investidores da Companhia e da CVM, os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- a) Cópia das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023;
- b) Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário De Referência, que também constam do ANEXO II ao presente documento;
- c) Relatório dos Auditores Independentes;
- d) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas); e
- e) O Boletim de Voto a Distância.

2) Proposta para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

De acordo com o art. 10º, § único da Resolução nº 81 da CVM a Companhia apresenta proposta da Administração de destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2023, conforme demonstrado abaixo:

Resultado Líquido (R\$ Milhares)	2023 (906.654)	2022 (2.541.656)	2021 (416.478)
a. Regras sobre retenção de lucros		Regras Estatutárias: Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para imposto sobre a renda, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% para a formação da reserva legal, observados os limites previstos em lei; e (b) Após as destinações acima, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial do lucro remanescente para a reserva de expansão, que tem por objetivo assegurar os recursos necessários para a expansão dos negócios sociais e realização de novos investimentos pela Companhia, observado o limite do capital social. Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não	

	houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Regras Estatutárias: Um montante não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei das sociedades por ações será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Como a Companhia apresenta prejuízos acumulados, não houve distribuição de dividendos pela Companhia.
d. Restrições à distribuição de dividendos	Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à nossa Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Política de destinação de resultados	A companhia é regida pela Lei das Sociedades Anônimas e reforça sua política no seu estatuto social. O estatuto está disponível no site www.cvm.gov.br/

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

3) Consignar renúncias de membros do Conselho de Administração da Companhia:

Consignar renúncia a ser apresentada pela Sra. **Rute Melo Araujo** em 30 de abril de 2024, ao cargo de Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia;

Consignar renúncia a ser apresentada pelo Sr. **Nicolas Rodolfo Leon Szwako** em 30 de abril de 2024, ao cargo de Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia;

Consignar renúncia a ser apresentada pelo Sr. **Breno Dutra Moreira** em 30 de abril de 2024, ao cargo de Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia.

Consignar renúncia a ser apresentada pelo Sr. **Paulo Vieira Bogea** em 30 de abril de 2024, ao cargo de Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia;

4) Eleição dos membros e suplentes do Conselho de Administração, bem como indicação de seu Presidente:

Considerando as renúncias e a necessidade de eleição de novo membro que terá o mandato unificado a contar de 30 de abril de 2024 até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2025, visando o saudável desenvolvimento do negócio.

Considerando o disposto no Estatuto Social da Companhia a Administração propõe:

- a) **Rute Melo Araujo**, brasileira, divorciada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 26.731.406, emitido pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 192.181.808-51, com endereço profissional na Rua Helena, nº 235, 5º andar, no Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 04552-050, para o cargo de Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia;

5) Fixação da remuneração anual global da Administração para o exercício social de 2024:

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações já compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas contratantes, de forma que a prática é de renúncia a toda e qualquer

remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração, eleito em eleição dos empregados, cujo valor proposto para a remuneração global anual é no valor de R\$ 16.944,00 (dezesesseis mil novecentos e quarenta e quatro reais), brutos, reajustados anualmente contados a partir da data de início da efetiva eleição, com base na variação do IPCA do período de mandato.

Em atendimento ao disposto no artigo 11 da Resolução nº 81 da CVM, as informações indicadas no Formulário de Referência estão contempladas no ANEXO III desta Proposta.

CONCLUSÕES

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos senhores acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, recomendando sua integral aprovação.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

a) Os documentos previstos na Resolução nº 81 da CVM, foram apresentados à CVM na presente data, por meio do Sistema de Informações Periódicas (IPE), e encontram-se à disposição dos senhores no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.vli-logistica.com.br/central-de-resultados/>), e no site da CVM (www.cvm.gov.br);

b) Nos termos do artigo 126 da Lei das S/A, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante de depósito das ações da Companhia emitido pela instituição financeira depositária, podendo ser representados por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Pede-se que os documentos que comprovem a regularidade da representação sejam entregues à Companhia, até 48 horas antes da AGOE;

c) Adicionalmente, os documentos podem ser consultados e examinados na sede social da Companhia, devendo os acionistas interessados agendar data e horário de visita com o departamento de Relações com Investidores; e

d) Voto à Distância: A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com Resolução nº 81 da CVM. O acionista que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância à Companhia.

Belo Horizonte/MG, 28 de março de 2024

Joyce Andrews da Costa
Membro do Conselho de Administração

ANEXO I

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75
NIRE: 31300011879
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam os Srs. acionistas da Ferrovia Centro Atlântica S.A (“Companhia” ou “FCA”), com sede social na Rua Sapucaí, nº 383, no Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP nº 30.150-904, convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a se realizar no dia 30 de abril de 2024, às 12:00h (horário de Brasília), na sede da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária

6. Apreciação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
7. Proposta para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
8. Tomar ciência a renúncia dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e
9. Eleger novos membros e respectivos suplentes do Conselho de Administração para mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em 2025;

Em Assembleia Geral Extraordinária

10. Fixação da remuneração anual global da Administração da Companhia para o exercício social de 2023.

Instruções Gerais

- a. As informações e documentos previstos na Resolução CVM nº 81/2022, relacionados às matérias a serem deliberadas na AGE, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas, permanecem à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (<https://ri.vli-logistica.com.br/central-de-resultados>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.bmfbovespa.com.br).
- b. A Companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.
- c. Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária, nos termos do art. 126 da Lei nº 6.404/1976. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer à AGE votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos à pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente traduzidos para o português, apostilados, notariados e consularizados. Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitamos o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGE, para comprovação da legitimidade da representação.

Belo Horizonte/MG, 29 de março de 2024

Fábio Tadeu Marchiori Gama
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO II
Itens 2.1 a 2.11 do Formulário de Referência

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus 03 últimos exercícios sociais:

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
(Em milhões)	2021	2022	2023	Δ22-23%
Volume ferrovia MTKU (fat.)	23.963	23.040	24.805	8%
Volume ferrovia TU (fat.)	39.934	37.643	40.808	8%
Receita bruta consolidada	3.250	3.439	3.909	14%
Receita líquida consolidada	2.887	3.049	3.491	14%
Lucro / (prejuízo líquido) do período	(417)	(2.542)	(907)	(64%)
Impactos não recorrentes – impairment da FCA	171	1.446	842	(42%)
EBIT recorrente (LAJIR) **	(63)	(364)	251	(169%)
EBITDA recorrente (LAJIDA) **	992	807	1.125	39%
Margem EBITDA recorrente (%) **	34%	26%	32%	22%
Dívida bruta *	-	1.115	1.112	0%
Caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	194	444	192	(57%)
Dívida líquida	-	671	920	37%
Dívida líquida / EBITDA recorrente **	-	0,83	0,82	(2%)

***Considera apenas empréstimos, financiamentos e debêntures.**

****Itens reconciliados conforme tabela abaixo**

Prejuízo líquido do período	(417)	(2.542)	(907)
(+) Resultado financeiro líquido	138	242	310
(+) Imposto de renda e contribuição social	45	490	(2)
EBIT	(234)	(1.810)	(599)
(+) Depreciação e amortização	1.055	1.171	874
EBITDA	821	(639)	275
(+) Redução de valor recuperável e ativos irrecuperáveis	171	1.446	842
(+) Baixa de tributos de longo prazo	-	-	8
(-) Depreciação e amortização	(1.055)	(1.171)	(874)
EBIT recorrente	(63)	(364)	251
(+) Depreciação e amortização	1.055	1.171	874
EBITDA recorrente	992	807	1.125
(+) Ativos diferidos baixados e alocação de redução de valor recuperável como depreciação acelerada	-	467	-
Prejuízo líquido do período recorrente	(246)	(629)	(57)

A companhia conduziu análises financeiras e optou por realizar a redução do valor recuperável de seus ativos não operacionais tangíveis e intangíveis no montante de R\$ 850 milhões.

É importante ressaltar que tais ativos não operacionais não impactam a geração de caixa futuro da companhia e o valor equivalente ao seu *impairment* aconteceria de qualquer forma através de depreciação e amortização até 2026, ano de término do Contrato atual de concessão. Dessa forma esses efeitos não impactam posição de Caixa e, tampouco, nossas operações e/ou obrigações financeiras (*covenants*).

b) Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 1.076,1 milhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 192,4 milhões. O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 1.982,7 milhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 444,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4.524,4 milhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 193,8 milhões.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

Em milhares de Reais	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	526	685	2.712
Compra de ativo imobilizado e intangível	(1.045.044)	(824.739)	(448.777)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.044.518)	(824.054)	(706.276)

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um endividamento com terceiros no montante de R\$ 1.111.576 (2022 - R\$ 1.114.690). Ao longo do ano de 2022 a FCA emitiu uma Debenture de R\$ 600 milhões e uma Nota de Crédito à exportação no valor de R\$ 500 milhões.

Ademais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía mútuos com partes relacionadas no montante de R\$ 100.090 e R\$ 100.612, respectivamente.

No exercício anterior, findos em 31 de dezembro de 2021 e a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos	511.100	513.658	-
Arrendamentos	83.668	109.787	-
Debêntures	600.476	601.032	-
Mútuos	-	100.090	100.612
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(192.436)</u>	<u>(443.958)</u>	<u>(193.828)</u>
Dívida líquida	<u>1.002.808</u>	<u>880.609</u>	<u>(93.216)</u>
	<u>83,90%</u>	<u>66,48%</u>	<u>(92,65%)</u>

ii. **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não aplicável

iii. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

A FCA possui contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes índices financeiros ("Covenants"), com obrigação de medição com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, cujas definições estão explícitas no instrumento contratual:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

g) **Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía linha de crédito em aberto.

h) **alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2023 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

em R\$ mil	<u>31/12/2023</u>	<u>AV(%)</u>	<u>Var. R\$ (mil)</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>AV (%)</u>	<u>AH (%)</u>
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	192.436	3,4	(251.522)	443.958	6,7	(56,7)
Contas a receber	157.102	2,8	35.179	121.923	1,9	28,9
Estoques	133.549	2,4	28.939	104.610	1,6	27,7
Tributos a recuperar	166.132	3,1	103.740	62.392	0,9	166,3
Demais ativos	<u>40.272</u>	<u>0,7</u>	<u>7.960</u>	<u>32.312</u>	<u>0,5</u>	<u>24,6</u>

Total do ativo circulante	689.491	12,4	(75.704)	765.195	11,6	(9,9)
Não circulante						
Contas a receber	300.595	5,3	8.973	291.622	4,4	3,1
Tributos a recuperar	243.792	4,4	(126.459)	370.251	5,6	(34,2)
Contas a receber da RFFSA (União)	120.107	2,2	(7.395)	127.502	1,9	(5,8)
Demais ativos	3.627	0,1	(892)	4.519	0,1	(19,7)
Depósitos judiciais	91.741	1,6	(30.961)	122.702	1,9	(25,2)
Tributos diferidos sobre o lucro	-	-	-	-	-	n/a
						n/a
Imobilizado	1.763.786	31,6	42.197	1.721.589	26,2	2,5
Intangível	2.368.091	42,4	(808.478)	3.176.569	48,3	(25,5)
Total do ativo não circulante	4.891.739	87,6	(923.015)	5.814.754	88,4	(15,9)
Total do ativo	5.581.230	100,0	(998.719)	6.579.949	100,0	(15,2)
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	478.030	8,6	77.663	400.367	6,2	19,4
Contas a pagar	26.331	0,5	4.242	22.089	0,3	19,2
Empréstimos e financiamentos	11.100	0,2	(2.558)	13.658	0,2	(18,7)
Debêntures	1.214	-	(971)	2.185	-	(44,4)
Mútuo	-	-	(100.090)	100.090	1,5	(100,0)
Tributos a recolher	64.200	1,2	18.974	45.226	0,7	42,0
Obrigações sociais e trabalhistas	158.883	2,8	21.846	137.037	2,1	15,9
Arrendamentos e concessão	479.617	8,6	6.590	473.027	7,2	1,4
Demais passivos	28.677	0,5	2.608	26.069	0,4	10,0
Receitas diferidas	2.563	-	674	1.889	-	35,7
Total do passivo circulante	1.250.615	22,4	28.978	1.221.637	18,6	2,4
Não circulante						
Mútuo	-	-	-	-	-	n/a
Empréstimos e financiamentos	500.000	9,0	-	500.000	7,6	-
Debêntures	599.262	10,7	415	598.847	9,1	0,1
Arrendamentos e concessão	864.169	15,5	(582.584)	1.446.753	22,0	(40,3)
Benefícios a empregados	-	-	-	-	-	n/a
Adiantamento para futuro aumento de capital –						
AFAC	450.000	8,1	450.000	-	-	n/a
Receitas diferidas	17.963	0,3	2.170	15.793	0,2	13,7
Provisões para processos judiciais	823.107	14,7	8.956	814.151	12,4	1,1
Total do passivo não circulante	3.254.501	58,3	(121.043)	3.375.544	51,3	(3,6)
Patrimônio líquido						
Capital social	4.663.323	83,6	-	4.663.323	70,8	-
Prejuízos acumulados	(3.587.209)	(64,3)	(906.654)	(2.680.555)	(40,7)	33,8
Total do patrimônio líquido	1.076.114	19,3	(906.654)	1.982.768	30,1	(45,7)
Total do passivo e patrimônio líquido	5.581.230	100,0	(998.719)	6.579.949	100,0	(15,2)

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 765,2 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 689,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando um decréscimo de aproximadamente 9,9%. Tal variação é justificada principalmente pela diminuição de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,68%% em 31 de dezembro de 2023 e 102,96%% em 31 de dezembro de 2022, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

Ativo não circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.814,8 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4.891,7 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando um decréscimo de 15,9% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pela perda por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis e redução dos tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3.176,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 2.368,1 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 25,5% do total do intangível. Destaca-se o registro de redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 776,5 milhões; as amortizações totais de R\$ 647,9 milhões, bem como as movimentações oriundas do IFRS 16, destacando-se amortizações de R\$ 52,9 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 808,5 milhões nos saldos.

Passivo circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.221,7 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.250,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando um incremento de 2,4% do total do passivo circulante, representado substancialmente por tributos a recolher.

Passivo não circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.375,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 3.254,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando um decréscimo de 3,6% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, substancialmente pela redução do saldo de arrendamentos e concessões.

Patrimônio líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 1.982,7 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.076,1 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando redução de aproximadamente 45,7% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelos prejuízos apurados no exercício e o consumo das reservas de capital existentes, culminando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 3.587,2 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

em R\$ mil	<u>31/12/2023</u>	<u>AV (%)</u>	<u>Var. R\$ (mil)</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>AV (%)</u>	<u>AH (%)</u>
Receita líquida de serviços prestados	3.490.776	100,0	442.165	3.048.611	100,0	14,5
Custo dos serviços prestados	<u>(2.939.990)</u>	<u>(84,3)</u>	<u>242.864</u>	<u>(3.182.854)</u>	<u>(104,4)</u>	<u>(7,6)</u>
Lucro bruto	<u>550.786</u>	<u>15,7</u>	<u>685.029</u>	<u>(134.243)</u>	<u>(4,4)</u>	<u>(510,3)</u>
Receitas (despesas) operacionais	<u>(1.149.532)</u>	<u>(32,9)</u>	<u>526.532</u>	<u>(1.676.064)</u>	<u>(55,0)</u>	<u>(31,4)</u>
Gerais e administrativas	(109.555)	(3,1)	(9.373)	(100.182)	(3,3)	9,4

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(267.531)	(7,7)	(10.597)	(256.934)	(8,4)	4,1
Redução no valor recuperável de ativos	(776.534)	(22,2)	537.142	(1.313.676)	(43,1)	(40,9)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	4.088	0,1	9.360	(5.272)	(0,2)	(177,5)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(598.746)	(17,2)	1.211.561	(1.810.307)	(59,4)	(66,9)
Resultado financeiro	(310.327)	(8,8)	(68.455)	(241.872)	(7,9)	28,3
Receitas financeiras	48.395	1,4	1.448	46.947	1,5	3,1
Despesas financeiras	(378.196)	(10,8)	(65.440)	(312.756)	(10,2)	20,9
Ganhos com variação monetária e cambial	19.474	0,6	(4.463)	23.937	0,8	(18,6)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(909.073)	(26,0)	1.143.106	(2.052.179)	(67,3)	(55,7)
Imposto de renda e contribuição social	2.419	0,1	491.896	(489.477)	(16,1)	(100,5)
Tributos correntes	2.419	0,1	2.419	-	-	n/a
Tributos diferidos	-	-	489.477	(489.477)	(16,1)	(100,0)
Prejuízo líquido do exercício	(906.654)	(25,9)	1.635.002	(2.541.656)	(83,4)	(64,3)

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2023, a receita líquida somou R\$ 3.490,8 milhões, representando um aumento de 14,5% ou R\$ 442,2 milhões sobre o mesmo período de 2022.

Custos e despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 2.940,0 milhões, o que representou um decréscimo de 7,6% ou R\$ 242,9 milhões em relação ao mesmo período de 2022. Os principais fatores que contribuíram com a redução dos custos em 2022 foram a diminuição dos combustíveis, da depreciação e amortização, que totalizaram R\$ 605,2 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 267,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2023 e no mesmo período de 2022 totalizou R\$ 256,9 milhões negativos. O aumento percentual de 4,1% ocorreu principalmente devido ao incremento de indenizações no montante de R\$ 42,2 milhões e baixa de tributos em R\$ 38,9 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 1.810,4 milhões negativo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 598,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2023, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis de ativos (*impairment*) reconhecidas no exercício no montante de R\$ 776,5 milhões, que representam uma redução de R\$ 537,2 milhões, frente aos montantes reconhecidos em 2022.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 310,3 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 242,0 milhões, representando um aumento de 28,2%. Tal variação se deu principalmente pelo reconhecimento dos juros sobre provisão de risco e contingências judiciais em R\$ 75,9 milhões e por reconhecimento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em R\$ 151,8 milhões,

representando uma redução de R\$ 17,3 milhões e acréscimo de R\$ 94,9 milhões, respectivamente se comparado ao exercício findo em 2022.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

O valor do prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia passou de R\$ 2.052,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 909,0 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de aproximadamente 55,7%, em decorrência dos fatores citados acima e especialmente na redução do impacto de R\$ 537,2 milhões referente a perdas por valores recuperáveis reconhecidas no exercício.

Prejuízo do exercício

Em 2023 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 906,6 milhões frente aos prejuízos de R\$ 2.541,9 milhões apurados em 2022, representando uma redução de 64,3%.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Demonstrações dos fluxos de caixa	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de		AH (%)
	2023	2022	
	<i>(em R\$ mil)</i>		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.281.245	957.608	33,8%
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(1.044.518)	(824.054)	26,7%
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(488.249)	116.756	(518,18%)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(251.522)	250.130	(200,6%)

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as atividades operacionais geraram caixa líquido no montante de R\$ 1.281,2 milhões, superior ao registrado no mesmo período de 2022, de R\$ 957,6 milhões, registrando um aumento de 33,8% ou R\$ 323,6 milhões. As principais variações se justificam pelo incremento do lucro bruto da ordem de R\$ 685,1 milhões, devido aos incrementos de margens na FCA.

Atividades de investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as atividades de investimento consumiram caixa líquido no montante de R\$ 1.044,5 milhões, frente aos R\$ 824,1 milhões reconhecidos no exercício anterior, registrando um incremento de R\$ 220,4 milhões. A aplicação de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 decorreu principalmente do incremento das aquisições de imobilizado e intangíveis no montante de R\$ 220,2 milhões.

Atividades de financiamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as atividades de financiamento consumiram caixa líquido no montante de R\$ 488,3 milhões frente a geração de R\$ 116,8 milhões em 2022, correspondendo a um decréscimo de 518,2%. O consumo de caixa no exercício de dezembro de 2022 decorreu, principalmente pelo: (i) incremento de pagamento de juros no montante de R\$ 74,7 milhões; (ii) incremento nas liquidações de mútuo, líquido das captações de mútuo, no montante de R\$ 81,6 milhões; (iii) incremento dos adiantamentos para future aumento de

capital no montante de R\$ 450,0 milhões e; (iv) redução nos montantes pagos a título de pagamento de arrendamento no montante de R\$ 239,9 milhões

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

em R\$ mil	<u>31/12/2022</u>	<u>AV (%)</u>	<u>Var. R\$ (mil)</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>AV (%)</u>	<u>AH (%)</u>
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	443.958	6,7	250.130	193.828	2,2	129,0
Contas a receber	121.923	1,9	20.667	101.256	1,2	20,4
Estoques	104.610	1,6	18.932	85.678	1,0	22,1
Tributos a recuperar	62.392	0,9	(13.617)	76.009	0,9	(17,9)
Demais ativos	32.312	0,5	8.094	24.218	0,3	33,4
Total do ativo circulante	765.195	11,6	284.206	480.989	5,6	59,1
Não circulante						
Contas a receber	291.622	4,4	9.276	282.346	3,3	3,3
Tributos a recuperar	370.251	5,6	64.003	306.248	3,7	20,9
Contas a receber da RFFSA (União)	127.502	1,9	7.108	120.394	1,4	5,9
Demais ativos	4.519	0,1	25	4.494	0,1	0,6
Depósitos judiciais	122.702	1,9	20.032	102.670	1,2	19,5
Tributos diferidos sobre o lucro	-	-	(489.478)	489.478	5,7	(100,0)
Imobilizado	1.721.589	26,2	(1.155)	1.722.744	20,2	(0,1)
Intangível	3.176.569	48,3	(1.829.679)	5.006.248	58,8	(36,5)
Total do ativo não circulante	5.814.754	88,4	(2.219.868)	8.034.622	94,4	(27,6)
Total do ativo	6.579.949	100,0	(1.935.662)	8.515.611	100,0	(22,7)
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	400.367	6,2	34.704	365.663	4,2	9,5
Contas a pagar	22.089	0,3	11.949	10.140	0,1	117,8
Empréstimos e financiamentos	13.658	0,2	13.658	-	-	n/a
Debêntures	2.185	-	2.185	-	-	n/a
Mútuo	100.090	1,5	99.478	612	-	16.254,6
Tributos a recolher	45.226	0,7	32.275	12.951	0,2	249,2
Obrigações sociais e trabalhistas	137.037	2,1	21.675	115.362	1,4	18,8
Arrendamentos e concessão	473.027	7,2	(194.047)	667.074	7,8	(29,1)
Demais passivos	26.069	0,4	(12.350)	38.419	0,5	(32,1)
Receitas diferidas	1.889	-	(161)	2.050	-	(7,9)
Total do passivo circulante	1.221.637	18,6	9.366	1.212.271	14,2	0,8
Não circulante						
Mútuo	-	-	(100.000)	100.000	1,2	(100,0)
Empréstimos e financiamentos	500.000	7,6	500.000	-	-	n/a
Debêntures	598.847	9,1	598.847	-	-	n/a
Arrendamentos e concessão	1.446.753	22,0	(372.446)	1.819.199	21,3	(20,5)
Benefícios a empregados	-	-	(584)	584	-	(100,0)
Receitas diferidas	15.793	0,2	(1.887)	17.680	0,2	(10,7)
Provisões para processos judiciais	814.151	12,4	(27.302)	841.453	9,9	(3,2)
Total do passivo não circulante	3.375.544	51,3	596.628	2.778.916	32,6	21,5
Patrimônio líquido						
Capital social	4.663.323	70,8	-	4.663.323	54,8	-
Prejuízos acumulados	(2.680.555)	(40,7)	(2.541.656)	(138.899)	(1,6)	1.829,9

Total do patrimônio líquido	<u>1.982.768</u>	<u>30,1</u>	<u>(2.541.656)</u>	<u>4.524.424</u>	<u>53,2</u>	<u>(56,2)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>6.579.949</u>	<u>100,0</u>	<u>(1.935.662)</u>	<u>8.515.611</u>	<u>100,0</u>	<u>(22,7)</u>

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 481,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 765,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de aproximadamente 59,1%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 284,2 milhões.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,96% em 31 de dezembro de 2022 e 102,53% em 31 de dezembro de 2021, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

Ativo não circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 8.034,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5.814,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um decréscimo de 27,6% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pela perda por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis e redução dos tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 5.006,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3.176,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 36,5% do total do intangível. Destaca-se o registro de redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 1.313,7 milhões; as amortizações totais de R\$ 559,1 milhões, bem como as movimentações oriundas do IFRS 16, destacando-se amortizações de R\$ 471,5 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 1.829,6 milhões nos saldos.

Passivo circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.212,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.221,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um incremento de 0,8% do total do passivo circulante, representado substancialmente por mútuo.

Passivo não circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 2.779,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3.375,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 21,5% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente por contratação de empréstimos (incremento de R\$ 500 milhões) e debêntures (incremento de R\$ 598,8 milhões).

Patrimônio líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4.524,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.982,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando redução de aproximadamente 56,2% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelos prejuízos apurados no exercício e o consumo das reservas de capital existentes, culminando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 2.680,6 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

em R\$ mil	<u>31/12/2022</u>	<u>AV (%)</u>	<u>Var. R\$ (mil)</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>AV (%)</u>	<u>AH (%)</u>
Receita líquida de serviços prestados	3.048.611	100,0	161.918	2.886.693	100,0	5,6
Custo dos serviços prestados	<u>(3.182.854)</u>	<u>(104,4)</u>	<u>(443.319)</u>	<u>(2.739.535)</u>	<u>(94,9)</u>	<u>16,2</u>
Lucro bruto	<u>(134.243)</u>	<u>(4,4)</u>	<u>(281.401)</u>	<u>147.158</u>	<u>5,1</u>	<u>(191,2)</u>
Receitas (despesas) operacionais	<u>(1.676.064)</u>	<u>(55,0)</u>	<u>(1.295.353)</u>	<u>(380.711)</u>	<u>(13,2)</u>	<u>340,2</u>
Gerais e administrativas	(100.182)	(3,3)	16.389	(116.571)	(4,0)	(14,1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(256.934)	(8,4)	(146.497)	(110.437)	(3,8)	132,7
Redução no valor recuperável de ativos	(1.313.676)	(43,1)	(1.142.741)	(170.935)	(6,0)	668,5
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	<u>(5.272)</u>	<u>(0,2)</u>	<u>(22.504)</u>	<u>17.232</u>	<u>0,6</u>	<u>(130,6)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	<u>(1.810.307)</u>	<u>(59,4)</u>	<u>(1.576.754)</u>	<u>(233.553)</u>	<u>(8,1)</u>	<u>675,1</u>
Resultado financeiro	<u>(241.872)</u>	<u>(7,9)</u>	<u>(103.969)</u>	<u>(137.903)</u>	<u>(4,8)</u>	<u>75,4</u>
Receitas financeiras	46.947	1,5	22.205	24.742	0,9	89,7
Despesas financeiras	(312.756)	(10,2)	(125.965)	(186.791)	(6,5)	67,4
Ganhos com variação monetária e cambial	<u>23.937</u>	<u>0,8</u>	<u>(209)</u>	<u>24.146</u>	<u>0,8</u>	<u>(0,9)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(2.052.179)</u>	<u>(67,3)</u>	<u>(1.680.723)</u>	<u>(371.456)</u>	<u>(12,9)</u>	<u>452,5</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(489.477)</u>	<u>(16,1)</u>	<u>(444.455)</u>	<u>(45.022)</u>	<u>(1,6)</u>	<u>987,2</u>
Tributos correntes	-	-	(2.311)	2.311	0,1	(100,0)
Tributos diferidos	<u>(489.477)</u>	<u>(16,1)</u>	<u>(442.144)</u>	<u>(47.333)</u>	<u>(1,7)</u>	<u>934,1</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(2.541.656)</u>	<u>(83,4)</u>	<u>(2.125.178)</u>	<u>(416.478)</u>	<u>(14,5)</u>	<u>510,3</u>

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2022, a receita líquida somou R\$ 3.049,8 milhões, representando um aumento de 5,6% sobre o mesmo período de 2021, no valor de R\$ 2.887,6 milhões.

Custos e despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 3.182,9 milhões, o que representou um aumento de 16,2% em relação ao mesmo período de 2021, no valor de R\$ 2.739,5 milhões. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2022 foram a elevação dos combustíveis, da depreciação e amortização, totalizando R\$ 385,1 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 256,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2022 e no mesmo período de 2021 totalizou R\$ 110,4 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 146,5

milhões tem como principal impacto o incremento na provisão (despesa) para baixa de ativos, na ordem de R\$ 149,9 milhões e nas receitas de take or pay R\$ 23,8 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 233,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.810,4 milhões negativos em 31 de dezembro de 2022, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis de ativos (impairment) reconhecidas no exercício no montante de R\$ 1.313,7 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 242,0 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 138,0 milhões, representando redução de 75,4%. Tal variação se deu principalmente pelo reconhecimento dos juros sobre provisão de risco e contingências judiciais em R\$ 58,6 milhões e por reconhecimento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em R\$ 56,9 milhões.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

O valor do prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 371,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 2.052,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando aumento de aproximadamente 452,5%, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis reconhecidas no exercício no montante de R\$ 1.313,7 milhões, além dos itens supracitados.

Prejuízo do exercício

Em 2022 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 2.541,9 milhões frente aos prejuízos de R\$ 416,5 milhões apurados em 2021.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Demonstrações dos fluxos de caixa	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de		AH (%)
	2022	2021	
	<i>(em R\$ mil)</i>		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	957.608	1.107.218	(13,5%)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(824.054)	(446.065)	84,7%
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	116.756	(828.150)	(114,1%)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	250.130	(166.997)	

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as atividades operacionais geraram caixa líquido no montante de R\$ 957,6 milhões, inferior ao registrado no mesmo período de 2021, de R\$ 1.107,2 milhões, registrando um decréscimo de 13,5% ou R\$ 149,6 milhões. As principais variações se justificam pelo decréscimo do lucro bruto da ordem de R\$ 281,4 milhões, devido a decréscimos de margens na FCA.

Atividades de investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as atividades de investimento consumiram caixa líquido no montante de R\$ 824,1 milhões, frente aos R\$ 446,1 milhões reconhecidos no exercício anterior, registrando um incremento de R\$ 378,0 milhões. A aplicação de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 decorreu principalmente do incremento das aquisições de imobilizado e intangíveis no montante de R\$ 258,2 milhões.

Atividades de financiamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as atividades de financiamento geraram caixa líquido no montante de R\$ 116,8 milhões frente a consume de R\$ 828,2 milhões em 2021, correspondendo a uma redução de 114,1%. A geração de caixa no exercício de dezembro de 2022 decorreu, principalmente pelo: (i) captação de R\$ 1.098,0 milhões; (ii) redução das posições líquidas de mútuo captados e liquidados no montante de R\$ 70,5 milhões; (iii) redução nos pagamentos de arrendamento no montante de R\$ 16,8 milhões.

2.2 Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de granéis agrícolas e produtos siderúrgicos. Os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado.

O ano de **2023** foi marcado por uma melhor performance operacional com crescimento nos mercados de Soja e Açúcar. A Companhia alcançou uma **receita líquida de R\$ 3.491 milhões**, com 24.806 milhões de TKU transportados na malha ferroviária.

O quadro a seguir apresenta a receita líquida nos últimos 3 exercícios sociais classificado pelos segmentos comerciais praticados na Companhia:

Receita Líquida (R\$ Milhares)	2023		2022		2021	
	Receita Líquida	% Total	Receita Líquida	% Total	Receita Líquida	% Total
Açúcar	640.354	18%	528.289	17%	442.163	14%
Fertilizantes	460.152	13%	450.015	15%	373.728	14%
Grãos	1.278.148	37%	1.014.649	33%	960.345	33%
Industrializados	532.429	15%	455.305	15%	439.604	15%
Siderurgia e Construção	551.092	16%	527.967	17%	521.840	18%
Outros	28.602	1%	72.386	2%	149.013	5%
Total Geral	3.490.776	100%	3.048.611	100%	2.886.692	100%

Desempenho Operacional

Em **2023**, o volume transportado foi 7,7% maior que o realizado em **2022**, favorecido pela melhor safra de grãos no período e divide-se em: 48% Grãos, 25% Industrializados, 14% Siderurgia e 13% Fertilizantes.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia foram afetados positivamente pelo crescimento da receita líquida em 15%, R\$ 442 milhões na comparação com 2022. Os custos dos serviços prestados acompanharam o incremento dos volumes transportados 7,7% e inflação e registraram uma melhora de 7,6% em relação à 2022, alavancados por melhores preços de diesel no custo variável e pela menor amortização, consequência do *impairment registrado em 2022*.

As despesas totais e outras receitas recorrentes em comparação ao ano anterior se mantiveram alinhadas tendo sido o seu valor total em R\$ 1.146 milhões impactado em 31 de dezembro de 2023 com o *impairment* realizado em R\$ 850 milhões. Ressaltamos que tais ativos não operacionais não impactam a geração de caixa futuro da companhia e o valor equivalente ao seu *impairment* aconteceria de qualquer forma através de depreciação e amortização até agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão.

Diante destes fatores, o **resultado operacional contábil da companhia** se encerrou negativo em -R\$ 599 milhões. Na visão recorrente, este resultado alcança em 2023 **R\$ 186 milhões**, superior em 157% contra 2022 recorrente, que correspondeu a -R\$ 386 milhões.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os principais fatores determinantes da variação da receita da Companhia, em função de sua composição foram a variação nos volumes e tarifas.

Segue abaixo quadro evidenciado a variação da receita líquida e dos volumes nos últimos três exercícios sociais:

	2023	2022	2021	AH 2023x2022 (%)	AH 2022x2021 (%)
Receita Líquida (em R\$ milhares)	3.490.776	3.048.611	2.886.692	14,5	5,6
Volume ferroviária (milhares de TKU)	24.806	23.040	23.963	7,7	-3,9

A receita líquida da empresa cresceu 14,5% entre 2022 e 2023, atingindo R\$ 3.491 milhões no último ano. Esse aumento se deve principalmente aos maiores volumes favorecidos pela safra recorde de soja e milho no país, impactando o segmento de grãos e destaque para o açúcar que representam a maior parte do faturamento. Fator precificação do seu portfólio alavancou também o faturamento na comparação anual.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

Em 2023 os negócios da Companhia foram desenvolvidos no Brasil e suas receitas são majoritariamente denominadas em reais. Consequentemente, a Companhia é afetada pela conjuntura econômica do país, que é historicamente caracterizada pela volatilidade, em termos de crescimento econômico, inflação, juros e taxas de câmbio.

Com a taxa de juros (SELIC) finalizando em 11,75% no ano e inflação 4,62% o CDI efetivo se manteve em 11,87%, ou seja, considerando que a companhia está majoritariamente posicionada nesse indicador (CDI), o resultado financeiro da FCA, em 2023, continuou a ser impactado principalmente pela manutenção da alta taxa de juros no país,

Indicadores econômicos	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
IPCA (%)	4,62	5,78%	10,06%
IGPM (%)	-3,18%	5,45%	17,78%
SELIC (%)	11,75%	13,75%	9,25%
CDI Efetivo (%)	11,87%	13,65%	8,76%
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	R\$ 4,90	R\$ 5,24	R\$ 5,65
Diesel (R\$/L)	R\$ 5,93	R\$ 6,37	R\$ 5,34

Inflação

Em 2023 o índice de inflação no Brasil retornou para o limite estabelecido pelo regime de metas de inflação do CMN (1,75-4,75), em contraposição aos anos anteriores em que a inflação apurada foi superior a meta vigente no período.

A inflação impacta direta e indiretamente as operações da Companhia, uma vez que os custos de produção e outras despesas operacionais são normalmente corrigidas por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Assim como, as variações no preço do diesel, principal insumo utilizado pela VLI. No entanto, a política de precificação da companhia prevê o repasse dos efeitos inflacionários com reajustes das tarifas cobradas dos clientes, protegendo a receita líquida.

Taxa de Juros

O resultado financeiro da Companhia está exposto a riscos associados a taxas de juros, em especial com relação às despesas financeiras com empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. Em geral as dívidas da FCA estão expostas ao CDI (taxa de juros de referência no mercado interbancário brasileiro).

Historicamente, as medidas tomadas pelo governo brasileiro para controlar a inflação incluíram a adoção de uma política monetária contracionista com elevadas taxas de juros, que se refletem no resultado financeiro da Companhia.

2.3 Os diretores devem comentar:

d) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

As mudanças significativas nas nossas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, consistiram em:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

IFRS 17 / CPC 50 Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)

O IFRS 17 / CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

A Companhia VLI não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o IFRS 17 / CPC 50.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

A Companhia VLI adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “principais políticas contábeis” por “informações materiais da política contábil”. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração de Prática 2.

Alterações à IAS 12 / CPC 32 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

A Companhia VLI adotou as alterações à IAS 12 / CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12 / CPC 32, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12 / CPC 32.

Alterações à IAS 8 / CPC 23- Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

A Companhia VLI adotou as alterações à IAS 8 / CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Alteração ao IAS 16 / CPC 27 - “Ativo imobilizado”: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37 / CPC 25 – “Provisão, passivos contingentes e ativos contingentes”: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:

- IFRS 9 / CPC 48 – “Instrumentos financeiros”: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamentos”: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de juros de referência, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado financeiro, foi colocado em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização de estratégias de *hedge accounting* para *hedges* afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de *hedge* ou instrumentos de *hedge* afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. Comunicado de novembro/2020 da ICE (Intercontinental Exchange) responsável pela metodologia e divulgação da LIBOR informa quanto à intenção de se encerrar a publicação deste benchmark em 30 de junho de 2023.

A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a:

(i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

(ii) **Relações de *hedge*:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira sujeitas tanto à variação do dólar norte-americano quanto da LIBOR. Tais dívidas são designadas dentro de uma estratégia de *hedge* de valor justo com instrumentos derivativos (*swaps*) que protegem A Companhia das oscilações de câmbio e das taxas de juros em moeda estrangeira. As alterações previstas na LIBOR não possuem impacto relevante para A Companhia, pois as dívidas e os instrumentos derivativos devem adotar o novo benchmark que substituir a LIBOR como componente de juros.

Tanto as alterações da Fase 1 quanto às da Fase 2 são relevantes para A Companhia uma vez que A Companhia adota a contabilização de *hedge* para suas exposições às taxas de juros de referência.

As alterações são relevantes para os *hedges* de valor justos mantidos pela Companhia e indexados à LIBOR e da seguinte forma:

- A Companhia emitiu a dívida à alíquota fixa denominada na R\$, sujeita ao *hedge* de valor justo usando *swaps* de taxas de juros fixas denominados na USD para LIBOR. As alterações permitem a manutenção da contabilização de *hedge* mesmo que no futuro a taxa de juros de referência objeto de *hedge*, LIBOR, não seja mais separadamente identificável e há incerteza sobre a substituição das taxas de juros variáveis incluídas nos *swaps* de taxa de juros. Porém, essa medida não se aplica à exigência de que o componente de risco da taxa de juros designada deve continuar a ser mensurado confiavelmente. Caso o componente do risco não seja mais mensurado confiavelmente, a relação de *hedge* será interrompida.

- A Companhia não irá descontinuar a contabilização de *hedge* se a avaliação retrospectiva da eficácia do *hedge* não se enquadrar na faixa de 80% a 125% e a relação de *hedge* estiver sujeita a reformas da taxa de juros de referência. Para as relações de *hedge* que não estiverem sujeitas a reformas da taxa de juros de referência, a entidade continua a suspender a contabilização de *hedge* se a eficácia retrospectiva estiver fora da faixa de 80% a 125%. A Companhia continuará a aplicar as alterações da Fase 1 à IFRS 9/IAS 39 até que a incerteza resultante da reforma da taxa de juros de referência com relação à época e valor dos fluxos de caixa subjacentes aos quais A Companhia está exposto seja encerrada. A Companhia espera que essa incerteza continue até que os contratos da Companhia que utilizam as IBORs como referência sejam alterados para determinar a data na qual a taxa de juros de referência será substituída e a base para os fluxos de caixa da taxa de juros de referência alternativa seja determinada, inclusive qualquer spread fixo.

Em virtude das alterações da Fase 2:

- Quando os termos contratuais dos empréstimos bancários da Companhia são alterados como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais for economicamente equivalente a base imediatamente anterior à alteração, A Companhia altera a base para determinar os fluxos de caixa, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estejam diretamente relacionadas à reforma, as exigências aplicáveis da IFRS 9 são aplicadas às outras alterações.
- Quando são feitas alterações nos instrumentos de *hedge*, o objeto de *hedge* e os riscos cobertos, alterados em virtude da Reforma da Taxa de Juros de Referência, A Companhia atualiza a documentação de *hedge* sem descontinuar a correlação de *hedge*.

Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021

No exercício anterior, A Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16.

Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021.

Em março de 2021, o Board emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações à IFRS 16) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

No exercício social corrente, A Companhia não usufruiu da extensão concedida pela norma.

e) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Saldos relevantes entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2022 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2021 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que tenham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c) eventos ou operações não usuais.

i. REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei nº 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013, a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto total de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017, 2018 e 2019, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017, dezembro de 2018 e dezembro de 2019, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões, R\$ 6,2 milhões e R\$ 11 milhões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não houve recebimentos, dado a FCA não ter apurado lucro tributável, restando o montante a receber de R\$ 286.438 (2022 - R\$ 273.928).

ii. Redução no valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Administração da FCA identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade de seus ativos intangíveis, considerando principalmente os prejuízos dos últimos exercícios, o prazo de vencimento do contrato de concessão em agosto de 2026 e a ainda não concretização da renovação da sua concessão.

A Administração da FCA realiza anualmente, em cada data base de 31 dezembro, teste de não recuperabilidade de seus ativos, com base no *business plan* atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração, sendo as principais premissas atreladas a volumes, preços e investimentos atualizadas. Ao longo do exercício seguinte e em cada data-base de interim presente em março, junho e setembro, o teste é revisado com atualização das

principais premissas (taxa de desconto, *carrying amount*, investimentos etc.) para avaliar se ajustes de *impairment* são necessários.

A FCA possui uma unidade geradora de caixa composta pelos ativos imobilizados e intangíveis da malha ferroviária Paulista e a malha ferroviária Centro Leste, os quais integram um único contrato de concessão, são similares em natureza, uso e dependentes entre si. A renovação da concessão está sujeita à aprovação à exclusivo critério do poder concedente, conforme previsto no contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Administração da FCA determinou o valor recuperável da unidade geradora de caixa com base no valor em uso, considerando que o valor justo foi inferior utilizando as projeções de fluxo de caixa nominal com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração. As principais premissas seguem listadas abaixo:

- prazo de projeção limitado a agosto de 2026 e;
- as projeções de volumes e preços junto aos seus clientes que operam substancialmente nos mercados agrícolas, siderúrgicos, mineração e outros, receitas acessórias, custos variáveis, gastos com manutenção e investimentos, indenização dos ativos reversíveis conforme previsto no respectivo contrato de concessão e taxa de desconto.

Vide tabela abaixo com a relação das premissas qualitativas e quantitativas das análises:

	31/12/2023	31/12/2022
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	(0,65%)	1,60%
Margem EBITDA (% de receita)	36% a 42%	36% a 41%
Taxa de desconto nominal - %	12,10%	12,34%

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período até 2026. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período até 2026. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o Brasil.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período até 2026. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no *mix* de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados.

O dispêndio anual de investimentos correntes diz respeito aos desembolsos de caixa esperados para a manutenção da Concessão. Ele se baseia na experiência histórica da administração da FCA e não compreende incrementos de capacidade. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

A taxa de desconto foi estimada pelo custo médio ponderado de capital.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor em uso da unidade geradora de caixa era inferior ao valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 776.534, saldo este equivalente a (63,72%) do valor de uso dos ativos

(2022 – R\$ 1.313.676 e 52,41%, respectivamente), tendo a FCA provisionado os valores para perda de valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram registrados valores adicionais a título de redução ao valor recuperável de ativos.

A perda por redução do valor recuperável originou-se da atualização e aprovação em dezembro de 2023 pelo Conselho de Administração do *business plan* da FCA, tendo sido todas as premissas contratuais atualizadas, bem como os impactos dos custos de manutenção dos ativos atrelados à FCA, sendo ambas as variáveis limitadas a agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão. A FCA alocou R\$ 287.423 montantes nos ativos intangíveis atrelados a concessão, dada a: (i) natureza incorpórea destes ativos; (ii) não existência de valor de realização alternativo; (iii) conclusão de que os trechos originalmente objeto da concessão sofreram grande alteração ao longo da concessão, seja por devolução (Resolução 4.131/13) ou pela avaliação de rentabilização econômica dos mesmos. Os saldos remanescentes de R\$ 489.111 foram alocados nos ativos de via permanente.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis.

Principais indicadores econômicos e operacionais			
(em milhões de R\$)	2021	2022	2023
Receita bruta	3.250	3.439	3.909
Receita líquida	2.887	3.049	3.491
Resultado líquido do período (DRE)	(417)	(2.542)	(907)
Tributos sobre o lucro	45	490	(2)
Resultado financeiro líquido	138	242	310
Depreciação e amortização	1.055	1.171	874
EBITDA	821	(639)	275
Redução de valor recuperável e ativos irre recuperáveis	171	1.446	842
Baixa de tributos de longo prazo	-	-	8
EBITDA recorrente	992	807	1.125
Resultado do exercício	(417)	(2.542)	(907)
Redução de valor recuperável e ativos irre recuperáveis	171	1.446	842
Ativos diferidos baixados e alocação de redução de valor recuperável como depreciação acelerada	-	467	-
Resultado do exercício recorrente	(246)	(629)	(65)
Volume ferrovia (milhões de TKU)	23.963	23.040	24.805
Dívida bruta (i)	-	1.115	1.112
Caixa e aplicações financeiras	194	444	192
Dívida líquida	-	671	920

(i) Considera apenas Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Vide item a.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

As medições não contábeis (EBITDA recorrente e resultado do exercício recorrente) refletem os resultados líquidos dos ajustes extraordinários e logo trazem uma melhor comparabilidade com os exercícios anteriores).

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não aplicável.

2.7 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Ano	2023	2022	2021
Resultado Líquido (R\$ Milhares)	(906.654)	(2.541.656)	(416.478)

a) regras sobre retenção de lucros.

Regras Estatutárias: Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para imposto sobre a renda, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(a) 5% para a formação da reserva legal, observados os limites previstos em lei; e

(b) Após as destinações acima, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial do lucro remanescente para a reserva de expansão, que tem por objetivo assegurar os recursos necessários para a expansão dos negócios sociais e realização de novos investimentos pela Companhia, observado o limite do capital social.

Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

b) regras sobre distribuição de dividendos.

Regras Estatutárias: Um montante não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei das sociedades por ações será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

c) periodicidade das distribuições de dividendos.

Como a Companhia apresenta prejuízos acumulados, não houve distribuição de dividendos pela Companhia.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à nossa Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A companhia é regida pela Lei das Sociedades Anônimas e reforça sua política no seu estatuto social. O estatuto está disponível no site www.cvm.gov.br.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos.

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

iii. contratos de construção não terminada.

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) natureza e o propósito da operação.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Ferrovia Centro Atlântica (FCA) teve, em 2023, a execução dos investimentos no montante de R\$ 967 milhões. A grande parte desse montante (95%) está concentrada na execução dos investimentos correntes, principalmente, nos serviços de *sustaining* da via permanente e material rodante (locomotivas e vagões) para manter as capacidades das operações. Os investimentos de capitais foram limitados para adequações pontuais de pátios ferroviários na região de Belo Horizonte e reforma de alguns vagões da frota de gôndolas. O Plano de Crescimento da Cia, para a FCA, seguirá concentrando recursos de investimentos para garantia da manutenção das capacidades operacionais através dos serviços de *sustaining*, principalmente, para os ativos de via permanente e material rodante (locomotivas e vagões).

ii. fontes de financiamento dos investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos provêm da geração de caixa operacional da Companhia e financiamentos junto a instituições financeiras e emissão de valores mobiliários (*equity* e dívida).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Durante o ano de 2022, não ocorreu desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

A Ferrovia Centro-Atlântica, investiu em projeto de pesquisa e desenvolvimento no ano de 2023, voltado para engenharia de operações e de projetos ferroviários, com foco no ativo de ferrovia.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2023, o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 4,1 milhões e, em 2024, a execução terá pequena redução com previsão de 3,5 mantendo o foco em iniciativas e projetos de desenvolvimento em operações e projetos ferroviários de crescimento orgânico.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Vide item ii, acima.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Vide item ii, acima.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questão ASG.

O Grupo VLI, que engloba as suas subsidiárias, incluindo a FCA, tem declarado em sua visão, a ambição de se tornar Referência em Sustentabilidade na Logística Brasileira até 2030. Com questões ESG consideradas em seu Plano de Negócios, a companhia tem estabelecida Agenda ESG – “VLI para o Amanhã – conexões para um mundo melhor”, com seis compromissos que suportam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A Companhia compreende que aspectos ASG são parte integrante da sua essência e indissociáveis da sua estratégia. Para acompanhar a evolução dos compromissos da Agenda ASG, a VLI conta com um sistema de gestão que considera encontros periódicos com todos os níveis de liderança.

Cada área da Companhia possui metas específicas, com ações e marcos a serem atingidos anualmente, a fim de que os compromissos assumidos possam ser alcançados até 2030.

A partir de 2022, esses compromissos também compõem o painel de metas da alta liderança, impactando a remuneração variável.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

No último exercício social, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO III

Itens 7.1 a 7.6 do Formulário de Referência

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado.

A Companhia não possui política de indicação e preenchimento de cargos.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência. N/A

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações. N/A

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos. N/A

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

Em situações de conflito de interesses, tanto os administradores quanto os acionistas, devem declarar-se impedidos, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. Ainda, além do dever de se manifestar, deve se abster de participar das discussões e deliberações relativas a essas matérias.

A Companhia adota, ainda, práticas bastante restritivas em situações que, geralmente, podem gerar situações de conflitos de interesses, como é o caso das transações com partes relacionadas.

Nesses casos, a própria Companhia determina uma série de medidas com o objetivo de restringir a deliberação apenas às partes que não possuem interesse na matéria, como amplamente descrito no item 11.1 do presente relatório. Para maior detalhamento sobre esse procedimento, pedimos a gentileza de consultar o item referido acima.

Em relação a outras situações que possam implicar em conflitos de interesse e que não estão ligadas a transações com partes relacionadas, além da própria manifestação do administrador ou do acionista, que é imposta por força de lei, a Companhia promove todas as orientações aos membros dos Órgãos da Administração no momento de sua posse, mostrando a eles exemplos de situações que podem implicar em conflitos de interesses, o dever de se manifestar em situações como essas, conforme previsto em lei, a conduta a ser adotada nesses casos, a responsabilidade e os deveres dos administradores e acionistas previstas na lei, bem como as consequências de uma deliberação tomada da Companhia sem a observância dessas regras.

Além disso, todos os empregados da Companhia, suas controladoras e afiliadas, estão sujeitos ao Código de Conduta Ética, que prevê regras a serem seguidas em situações que possam gerar conflitos de interesses, vinculando sua atuação e responsabilizando o empregado que, eventualmente, agir em desacordo com as regras previstas no citado Código.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero;

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça;

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes;

Órgão de Administração	Feminino	Masculino	Não Binário	Prefere Não Responder	Não Se Aplica
Diretoria	1	4	0	0	
Conselho de Administração	2	6	0	0	
Conselho Fiscal					X

Órgão de Administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Prefere Não Responder	Não Se Aplica
Diretoria	0	4	0	1	0	
Conselho de Administração	0	3	0	0	2	
Conselho Fiscal						X

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal;

A Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

A Companhia está exposta a riscos fora de seu controle como eventos climáticos, desastres naturais e provocados pela ação do homem, atos de guerra ou terrorismo, agitação política, e outros fatores. Tais eventos podem provocar interrupção nos negócios da Companhia, e impactar material e adversamente nossos resultados. A empresa iniciou em 2023 as tratativas referentes ao risco climático e tem como expectativa obter a análise da matriz de riscos climáticos em 2024, avaliando todos os seus desdobramentos sobre a operação e estrutura financeira.

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração.

O emissor não possui comitês permanentes, e atualmente o órgão que se reporta ao conselho de administração é a Diretoria.

b. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

O emissor não possui política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e o conselho de administração não avalia o trabalho da auditoria independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

O Canal Instituído pelo emissor é denominado "Canal de Ética". Ele é baseado nos valores da Companhia e tem como objetivo ser meio para comunicação segura, confidencial e, se desejada, anônima, para que colaboradores e terceiros possam reportar atos em desacordo com o Código de Conduta Ética da VLI, suas políticas e procedimentos, às legislações aplicáveis, assim como condutas de fraudes, corrupção ou que violem às disposições previstas na legislação brasileira anticorrupção vigente.

Trata-se de Canal aberto, ou seja, qualquer pessoa, ainda que não tenha vínculo com a VLI, pode entrar em contato para reportar uma (suspeita de) irregularidade, incluindo, clientes, fornecedores, terceiros e a comunidade em geral.

Depois de registrados, os relatos são verificados e investigados de maneira isenta e imparcial, garantindo o sigilo quanto à identidade do denunciante e ao conteúdo declarado, nos limites da lei. O sigilo garante também que, ao utilizar o Canal de Ética, o denunciante de boa-fé não sofra nenhuma retaliação ou punição em razão de sua manifestação.

São os meios de contato:

- ✓ via site - www.canaldeetica.com.br/vli
- ✓ telefone 24h, inclusive secretária eletrônica: 0800.721.0782
- ✓ diretamente com a área de Ética e Conformidade: pessoalmente, por Teams, telefones ou pelo e-mail etica@vli-logistica.com.br

Ainda, ao acionar o Canal de Ética por telefone, as mulheres podem optar por atendimento exclusivo e diferenciado, com atendentes preparadas para acolher e tratar casos específicos desse público, por meio do mesmo número de telefone 0800.721.0782, selecionando a opção 03.

As denúncias recebidas são distribuídas pela empresa terceira para a área de Ética e Conformidade ou Auditoria Interna, de acordo com a matriz de governança do Canal, para apuração e, ao final, são reportadas às alçadas competentes para deliberação, entre elas o Comitê de Ética, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração.

O Canal de Ética, além de apurar e tratar os casos concretos, contribui com a gestão efetiva do Programa de Ética e Conformidade ao identificar e promover a análise de melhorias de processos e controles.

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Nome	Profissão	Data da posse	Membro independente? Descrever critérios
CPF	Cargo eletivo ocupado	Prazo do mandato	Mandatos consecutivos? Data do 1º mandato
Data de nascimento	Data de eleição	Eleito pelo controlador?	Nacionalidade
Rute Melo Araujo	Engenheira	22/12/2023	Não
192.181.808-51	Membro Titular do Conselho de Administração	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2025	Sim - 22/10/2015
10/07/1977	22/12/2023	Sim	Brasileira
Principais experiências profissionais / Declaração de eventuais condenações:			
<p>Está há 10 anos na VLI e possui mais de 14 anos de experiência no ramo, adquirida em empresas como a Whirlpool Latin America S.A. e a Ambev. Graduiu-se em Engenharia de Materiais pela Universidade Mackenzie, e, na Fundação Getulio Vargas, concluiu a pós-graduação em Gestão Empresarial e o MBA Executivo. Declara que não foi condenado criminalmente, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas e nem possui condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final; administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19. Salvo pelo exposto acima, declara, ainda, que: não trabalhou, salvo pelo acima destacado, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Por fim, declara que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.</p>			

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

O emissor não possui Comitês Estatutários/ Não Estatutários e nem comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Não há existência de relações conjugais, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; e c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Identificação: **Rute Melo Araújo**

C.P.F./C.N.P.J. 192.181.808-51

Cargo/Função: Membro Suplente do Conselho de Administração

Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Subordinação

Observação: Rute Melo é Diretora Executiva de Gente, Inovação e Sustentabilidade na VLI S.A

Pessoa Relacionada:

Identificação: VLI S.A.

C.P.F./C.N.P.J. 12.563.794/0001-80

Cargo/Função: Diretor de Gente, Inovação e Sustentabilidade

Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto

ANEXO IV

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Item 8 do Formulário de Referência)

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia não adota uma política formal de remuneração para seus Administradores pois a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que recebe a remuneração aprovada na Assembleia Geral da Companhia.

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

A Companhia não adota uma política formal de remuneração para seus Administradores pois a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que recebe a remuneração aprovada na Assembleia Geral da Companhia.

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A Companhia não adota uma política formal de remuneração para seus Administradores pois a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que recebe a remuneração aprovada na Assembleia Geral da Companhia.

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A Companhia não adota uma política formal de remuneração para seus Administradores pois a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que recebe a remuneração aprovada na Assembleia Geral da Companhia.

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

A remuneração global dos Administradores é definida anualmente em Assembleia Geral Ordinária, conforme artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há pagamento de remuneração variável, remuneração baseada em ações, benefícios ou verbas de representação ou participação na Companhia.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor.**

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há relação relevante entre os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia na remuneração de seus administradores.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais.**

Composição da Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 (%)			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual	100,00%	0,00%	0,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	0,00%	0,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações fixas	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%

Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações variáveis	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	ILP	-
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	0,00%	0,00%

Composição da Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 (%)			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual	100,00%	0,00%	0,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	0,00%	0,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações fixas	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%

Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações variáveis	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	ILP	-
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	0,00%	0,00%

Composição da Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 (%)			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual	100,00%	0,00%	0,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	0,00%	0,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações fixas	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações variáveis	0,00%	0,00%	0,00%

Descrição de outras remunerações variáveis	-	ILP	-
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	0,00%	0,00%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste.**

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não existe uma metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há qualquer influência de indicadores de desempenho da Companhia na remuneração dos administradores.

ii. razões que justificam a composição da remuneração.

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há pagamento de remuneração variável, remuneração baseada em ações, benefícios ou verbas de representação ou participação na Companhia.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há pagamento de remuneração variável, remuneração baseada em ações, benefícios ou verbas de representação ou participação na Companhia.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora

indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, a remuneração suportada pela controladora indireta, a VLI S.A, ou sua controlada, a VLI MULTIMODAL S/A, estão descritos nos termos do Item 8.19 deste Formulário de Referência.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Até 31 de dezembro de 2023, não houve qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) número total de membros.
- b) número de membros remunerados.
- c) remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore.
 - benefícios diretos e indiretos.
 - remuneração por participação em comitês.
 - Outros.
 - ii. remuneração variável, segregada em:
 - bônus.
 - participação nos resultados.
 - remuneração por participação em reuniões.
 - Comissões.
 - Outros.
 - iii. benefícios pós-emprego
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
 - v. remuneração baseada em ações, incluindo opções.
- d) valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.
- e) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração Total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	5,00	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	5,00	0,00	6,00
Remuneração Fixa Anual	16.944,00	0,00	0,00	16.944,00
Salário ou pró-labore	16.944,00	0,00	0,00	16.944,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	ILP	-	-
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	16.944,00	0,00	0,00	16.944,00
Observações	Conforme Processo CVM nº 19957.007457/2018-109, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR /CVM/SEP/ Nº01/2021.	-	-	-

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	5,00	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	1,00
Remuneração Fixa Anual	15.898,20	0,00	0,00	15.898,20
Salário ou pró-labore	15.898,20	0,00	0,00	15.898,20
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	ILP	-	-
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	15.898,20	0,00	0,00	15.898,20
Observações	Conforme Processo CVM nº 19957.007457/2018-109, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza”	-	-	-

	de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR /CVM/SEP/ N°01/2021.			
--	---	--	--	--

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,33	4,83	0,00	9,17
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	1,00
Remuneração Fixa Anual	14.544,00	0,00	0,00	14.544,00
Salário ou pró-labore	14.544,00	0,00	0,00	14.544,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	ILP	-	-
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	14.544,00	0,00	0,00	14.544,00
Observações	Conforme Processo CVM nº 19957.007457/2018-109, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR /CVM/SEP/ N°01/2021.	-	-	-

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total

Nº total de membros	4,50	5,00	0,00	9,50
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	1,00
Remuneração Fixa Anual	12.136,67	0,00	0,00	12.136,67
Salário ou pró-labore	12.136,67	0,00	0,00	12.136,67
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	ILP	-	-
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	12.136,67	0,00	0,00	12.136,67
Observações	Conforme Processo CVM nº 19957.007457/2018-109, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR /CVM/SEP/ N°01/2021.	-	-	-

Nota: os valores acima estão apresentados pelo regime de caixa.

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão.
- b) número total de membros.
- c) número de membros remunerados.
- d) em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração.
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração.
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.
- e) em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração.
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração.
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa que é atribuída somente para 1 (um) membro do Conselho de Administração, sendo que os demais membros renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A.

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) termos e condições gerais.
- b) data de aprovação e órgão responsável.
- c) número máximo de ações abrangidas.
- d) número máximo de opções a serem outorgadas.
- e) condições de aquisição de ações.
- f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício.
- g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício.
- h) forma de liquidação.
- i) restrições à transferência das ações.
- j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.
- k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações para os seus Administradores.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão.
- b) número total de membros.
- c) número de membros remunerados.
- d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
- e) em aberto no início do exercício social.
- f) perdidas e expiradas durante o exercício social.
- g) exercidas durante o exercício social.
- h) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações para os seus Administradores.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão.
- b) número total de membros.
- c) número de membros remunerados.
- d) data de outorga.
- e) quantidade de opções outorgadas.
- f) prazo para que as opções se tornem exercíveis.
- g) prazo máximo para exercício das opções.
- h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
- i) valor justo das opções na data da outorga.

Não aplicável. A Companhia não possui outorga de opções para os seus Administradores.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

- a) Órgão.
- b) número total de membros.
- c) número de membros remunerados.
- d) em relação às opções ainda não exercíveis.
 - i. Quantidade.
 - ii. data em que se tornarão exercíveis.
 - iii. prazo máximo para exercício das opções.
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações.
 - v. preço médio ponderado de exercício.
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social.

- e) em relação às opções exercíveis.
 - i. quantidade.
 - ii. prazo máximo para exercício das opções.
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações.
 - iv. preço médio ponderado de exercício.
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social.
- f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não aplicável. A Companhia não possui outorga de opções para os seus Administradores.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

- a) Órgão.
- b) número total de membros.
- c) número de membros remunerados.
- d) número de ações.
- e) preço médio ponderado de exercício.
- f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.
- g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

Não aplicável. A Companhia não possui outorga de opções para os seus Administradores.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

- a) Órgão.
- b) número total de membros.
- c) número de membros remunerados.
- d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações para os seus Administradores.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão.
- b) número total de membros.
- c) número de membros remunerados.
- d) data de outorga.
- e) quantidade de ações outorgadas.
- f) prazo máximo para entrega das ações.
- g) prazo de restrição à transferência das ações.
- h) valor justo das ações na data da outorga.
- i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

Não aplicável. A Companhia não possui outorga de ações para os seus Administradores.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão.
- b) número total de membros.
- c) número de membros remunerados.
- d) número de ações.
- e) preço médio ponderado de aquisição.
- f) preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.
- g) multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações para os seus Administradores.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a) modelo de precificação.
- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.
- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.
- d) forma de determinação da volatilidade esperada.
- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não aplicável. A Companhia não possui outorga de ações e opções para os seus Administradores.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Não aplicável. A Companhia não possui outorga de ações para os seus Administradores.

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a) Órgão.
- b) número total de membros.
- c) número de membros remunerados.
- d) nome do plano.
- e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.
- f) condições para se aposentar antecipadamente.
- g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.
- h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.
- i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

A Companhia não confere aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária planos de previdência privada pois ocupam simultaneamente cargos remunerados e com benefícios concedidos na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a) órgão.
- b) número total de membros.
- c) número de membros remunerados.
- d) valor da maior remuneração individual.
- e) valor da menor remuneração individual.
- f) valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).

Valores anuais:

Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº total de membros	4,00	4,33	4,50	5,00	4,83	5,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (R\$)	15.898,20	14.544,00	12.136,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (R\$)	15.898,20	14.544,00	12.136,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (R\$)	15.898,20	14.544,00	12.136,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: os valores acima estão apresentados pelo regime de caixa.

Observações:

Conselho de Administração	
31/12/2023	Todos os Conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração que seria devida, com exceção de 1 (um) membro que recebeu remuneração pelo tempo em que efetivamente exerceu o cargo de Conselheiro durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Desta forma o valor da menor e maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2022	Todos os Conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração que seria devida, com exceção de 1 (um) membro que recebeu remuneração pelo tempo em que efetivamente exerceu o cargo de Conselheiro durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Desta forma o valor da menor e maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2021	Todos os Conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração que seria devida, com exceção de 1 (um) membro que recebeu remuneração pelo tempo em que efetivamente exerceu o cargo de Conselheiro durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Desta forma o valor da menor e maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.

Diretoria Estatutária	
31/12/2023	Todos os Diretores Estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
31/12/2022	Todos os Diretores Estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
31/12/2021	Todos os Diretores Estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não firmou com seus Administradores arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo, que não os descritos neste Formulário de Referência.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, o percentual da remuneração total reconhecida no resultado do emissor é referente apenas à remuneração fixa de 1 (um) membro do Conselho de Administração.

Órgão	Remuneração Total prevista para o Exercício Social corrente em 31/12/2024
Conselho de Administração	100,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Órgão	Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023
Conselho de Administração	100,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Órgão	Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022
Conselho de Administração	100,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Órgão	Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021
Conselho de Administração	100,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve pagamento de remuneração para os Administradores e Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia e suas Controladas por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não houve pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em razão da função que ocupam na Companhia, que tenha sido reconhecido no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal. Entretanto, os demais membros do Conselho de Administração e todos os membros da Diretoria Estatutária da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, portanto, nos 3 (três) últimos exercícios sociais as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes conforme apresentado na tabela consolidada abaixo:

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2023				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	14.544.469,76	14.996.425,19	0,00	29.540.894,96
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	14.544.469,76	14.996.425,19	0,00	29.540.894,96

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2022				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	17.682.187,70	18.817.890,85	0,00	36.500.078,55
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.682.187,70	18.817.890,85	0,00	36.500.078,55

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2021				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	10.446.848,87	11.200.588,55	0,00	21.647.437,42
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.446.848,87	11.200.588,55	0,00	21.647.437,42

Nota: os valores acima estão apresentados pelo regime de caixa.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A Companhia não possui outras informações relevantes à declarar neste formulário.